



Governo do Estado de São Paulo  
Companhia Paulista de Trens Metropolitanos  
Depto De Contratacoes E Compras

CARTA

CPTM-CARTA DFCC-232/2024

Sr.

Antonio Julio Castiglioni Neto – Diretor Presidente  
COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ  
Rua Boa Vista, 175 - Centro  
01014-920 São Paulo SP

CONVÊNIO CO00824-01 - Designação de Gestor

Prezado Senhor,

Comunicamos a V.Sa. que o Sr. Iran Figueiredo Leão - Gerente de Segurança - GOS, telefone (11) 2662-6417, será o responsável pela gestão do convênio em referência.

Sua função será a de coordenar os trabalhos, servindo de ligação entre V.Sa. e esta Companhia, na administração de problemas, tomando decisões técnicas e administrativas, dentro dos limites contratuais.

Atenciosamente,

REGINALDO ANTONIO DE PINHO  
Chefe do Departamento de Contratações e Compras



Documento assinado eletronicamente por **Reginaldo Antonio De Pinho, Chefe De Departamento**, em 10/12/2024, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador  
0049263089 e o código CRC F25CDBEF.



Governo do Estado de São Paulo  
Companhia Paulista de Trens Metropolitanos  
Depto De Contratacoes E Compras

CARTA

CPTM-CARTA DFCC-231/2024

Coronel PM  
Cássio Araújo de Freitas - Comandante-Geral  
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - PMESP  
Praça Cel. Fernando Prestes, 115 - Bom Retiro  
01124-060 São Paulo SP

CONVÊNIO CO00824-01 - Designação de Gestor

Prezado Senhor,

Comunicamos a V.Sa. que o Sr. Iran Figueiredo Leão - Gerente de Segurança - GOS, telefone (11) 2662-6417, será o responsável pela gestão do convênio em referência.

Sua função será a de coordenar os trabalhos, servindo de ligação entre V.Sa. e esta Companhia, na administração de problemas, tomando decisões técnicas e administrativas, dentro dos limites contratuais.

Atenciosamente,

REGINALDO ANTONIO DE PINHO  
Chefe do Departamento de Contratações e Compras



Documento assinado eletronicamente por **Reginaldo Antonio De Pinho, Chefe De Departamento**, em 10/12/2024, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0049263306** e o código CRC **B08C04AF**.



**Governo do Estado de São Paulo  
Secretaria da Segurança Pública  
Assessoria Técnico - Policial - Colêgiado Policial-Militar**

**TERMO DE CONVÊNIO**

**PROCESSO SEI 057.00372927/2024-51**

**CONVÊNIO GSSP/ATP- 410/2024  
CÓDIGO ÚNICO Nº 20241208688  
CONVÊNIO CPTM CO00824-01**

Convênio  
que entre si  
celebram o  
Estado de  
São Paulo,  
por  
intermédio  
da  
Secretaria  
da  
Segurança  
Pública, esta  
por meio da  
Polícia  
Militar do  
Estado de  
São Paulo  
(PMESP), a  
Companhia  
Paulista de  
Trens  
Metropolitanos  
(CPTM) e a  
Companhia  
do  
Metropolitano  
(METRÔ),  
objetivando  
a  
conjugação  
de esforços  
e a  
cooperação  
mútua, com  
a finalidade  
de empregar  
policiais  
militares, na  
segurança  
das  
Estações da  
CPTM e do  
METRÔ,

mediante o pagamento de Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Policial Militar (DEJEM).

Pelo presente instrumento, o **ESTADO DE SÃO PAULO**, doravante denominado **ESTADO**, por intermédio da **SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**, doravante denominada **SSP**, neste ato representada pelo Secretário, **GUILHERME MURARO DERRITE**, esta por meio da Polícia Militar do Estado de São Paulo, doravante denominada **PMESP**, representada por seu Comandante-Geral, Coronel PM **CÁSSIO ARAÚJO DE FREITAS**, a **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS**, doravante denominada **CPTM**, neste ato representada pelo Presidente da Diretoria Executiva, **MICHAEL SOTELO CERQUEIRA**, e a **COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO**, doravante denominada **METRÔ**, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, **ANTONIO JULIO CASTIGLIONI NETO** nos termos do Decreto nº 66.173, de 26 de outubro de 2021, da Lei Complementar nº 1.227, de 19 de dezembro de 2013, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, bem como do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da **CPTM** e do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes do **METRÔ**, concordam em celebrar o presente **CONVÊNIO** mediante as cláusulas e condições seguintes:

## CLÁUSULA PRIMEIRA

### Do Objeto

O presente **CONVÊNIO** tem por objeto a conjugação de esforços e a cooperação mútua entre os signatários, com a finalidade de empregar policiais militares no interior das estações do sistema metroferroviário, em apoio ao corpo de segurança operacional da **CPTM** e do **METRÔ**, mediante jornada extraordinária de trabalho policial-militar, nos termos da Lei Complementar nº 1.227, de 19 de dezembro de 2013, e suas alterações, conforme as condições descritas e identificadas neste instrumento e no Plano de Trabalho constante do Anexo, que constituem parte integrante e indissociável do ajuste.

§ 1º - A jornada extraordinária de trabalho policial-militar caracteriza-se pelo emprego facultativo dos integrantes da **PMESP**, independentemente da área de atuação, fardados e munidos do equipamento de proteção individual (EPI), em escala especial de serviço, tudo de acordo com as normas editadas pela própria Instituição.

§ 2º - O policial militar que de forma voluntária aderir às atividades operacionais desenvolvidas para garantir a segurança das estações, durante seus períodos regulares de folga, nas condições estabelecidas no presente instrumento, fará jus ao recebimento da Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Policial-Militar (DEJEM).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### Das Atribuições Comuns e Específicas dos Signatários

Para que os objetivos dos signatários se concretizem, estabelecem as seguintes atribuições:

I – caberá à **SSP**, por meio da **PMESP**, à **CPTM** e ao **METRÔ**, em cooperação mútua:

- a) estabelecer critérios e coordenar a execução do objeto do presente ajuste, conforme estabelece a Cláusula Primeira, realizando seu planejamento e execução no padrão e qualidade adotados tanto pela **SSP**, por meio da **PMESP**, quanto pela **CPTM** e pelo **METRÔ**;
- b) manter permanentemente uma Comissão Paritária de Administração, Controle e Fiscalização, composta por integrantes da **PMESP**, da **CPTM** e do **METRÔ**, com responsabilidade pelo acompanhamento da execução do **CONVÊNIO** nos níveis acordados e, primordialmente, pela solução de problemas não previstos no ajuste;
- c) propor a reformulação do Plano de Trabalho, desde que não implique mudança do objeto originariamente definido;
- d) atestar a perfeita regularidade da parceria, propondo, se for o caso, as medidas que se mostrarem pertinentes frente a eventuais irregularidades constatadas.

II – caberá à **SSP**, por intermédio da **PMESP**:

- a) fornecer aos policiais militares empenhados os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), armamentos e outros meios necessários para o desenvolvimento da atividade operacional de reforço na segurança das estações da **CPTM** e do **METRÔ**;
- b) arcar com custos e despesas relacionados à operacionalização e disponibilização de viaturas eventualmente necessárias para o desenvolvimento da atividade extraordinária;
- c) autorizar o emprego e a utilização do suporte administrativo e operacional da **PMESP** necessários ao funcionamento deste **CONVÊNIO**;
- d) acompanhar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento do objeto pactuado no presente instrumento de formalização;
- e) elaborar relatórios e estatísticas contendo os resultados obtidos com a execução do **CONVÊNIO**;
- f) informar à **CPTM** e ao **METRÔ**, nos termos do Plano de Trabalho, o quantitativo de policiais Militares empregados nas atividades operacionais desenvolvidas, para reforçar a segurança das estações, em jornada extraordinária de trabalho policial-militar;

g) efetuar, após a transferência de recursos financeiros pela **CPTM** e pelo **METRÔ**, o pagamento da DEJEM aos policiais militares que voluntariamente aderirem à jornada extraordinária de trabalho policial-militar.

III – caberá à **CPTM** e ao **METRÔ**:

a) fornecer as informações necessárias para o planejamento e operacionalização das ações necessárias à execução do objeto do presente **CONVÊNIO**;

b) suportar financeiramente o custo necessário para o pagamento da DEJEM aos policiais militares empregados, mediante escala especial de serviço, nas atividades operacionais de reforço à segurança das Estações;

c) efetuar o repasse à **PMESP** dos recursos financeiros necessários ao pagamento da DEJEM, na forma e nos prazos estabelecidos no Plano de Trabalho;

d) no caso de encerramento do **CONVÊNIO**, deverá haver o repasse à **PMESP**, objetivando o pagamento aos policiais militares pelas horas trabalhadas até a data do encerramento, obedecendo-se ao ciclo do processamento do pagamento da DEJEM, conforme cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho.

### CLÁUSULA TERCEIRA

#### Da Comissão Paritária de Administração, Controle e Fiscalização

Para coordenar os trabalhos do objeto deste **CONVÊNIO** será constituída uma comissão paritária, integrada por representantes de cada um dos signatários.

I – A Comissão Paritária de Administração, Controle e Fiscalização terá os seguintes representantes:

a) da **SSP**, por intermédio da **PMESP**: 3 (três) oficiais, sendo um representante do Centro Integrado de Apoio Financeiro (CIAF), um da Coordenadoria Operacional PM (Coord Op PM) e um da Diretoria de Tecnologia da Informação Comunicação (DTIC);

b) da **CPTM**: 3 (três) integrantes indicados pela Diretoria Executiva, sendo o Gerente de Segurança (GOS), Chefe do Departamento de Segurança e Vigilância (DOSV) e o Chefe do Departamento de Finanças (DFFA);

c) do **METRÔ**: 3 (três) integrantes indicados pela Diretoria Executiva sendo 2 (dois) representantes do Departamento de Segurança da Gerência de Operações e 1 (um) da Gerência de Suporte e Engenharia Operacional (GSE).

II – São atribuições da Comissão Paritária de Administração Controle e Fiscalização:

a) propor alterações no Plano de Trabalho que integra o presente **CONVÊNIO**;

b) acompanhar a execução do objeto pactuado;

c) conferir o emprego dos integrantes da **PMESP**, atestando o número de horas trabalhadas por cada militar estadual no exclusivo exercício da jornada extraordinária de trabalho policial-militar, bem como o montante total dos recursos financeiros a serem disponibilizado pela **CPTM** e pelo **METRÔ**;

d) dirimir eventuais dúvidas referentes à execução do presente **CONVÊNIO**;

e) reunir-se periodicamente a fim de avaliar a execução do ajuste e deliberar sobre o Plano de Ação destinado a formalizar o planejamento operacional.

### CLÁUSULA QUARTA

#### Da Prestação de Contas

Os partícipes prestarão contas aos seus órgãos internos de controle, na forma da lei.

### CLÁUSULA QUINTA

#### Da Apuração de Responsabilidade Civil por Danos Materiais

Os signatários deverão apurar, na forma de sua legislação própria, eventuais danos causados aos bens do outro signatário colocado à sua disposição, cientificando-o da decisão proferida.

**Parágrafo único** – Cada signatário responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição Federal.

### CLÁUSULA SEXTA

#### Da Vigência e da Denúncia

O presente **CONVÊNIO** vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura.

**Parágrafo único** - Este instrumento de formalização poderá ser denunciado, mediante aviso escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, por desistência unilateral ou consensual, imputando aos signatários as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

### CLÁUSULA SÉTIMA

#### Da Revisão e do Aditamento

Havendo legislação superveniente ou interesse dos signatários, mediante solicitação escrita, este **CONVÊNIO** poderá ser revisto ou aditado, mantendo-se inalterado o objeto originário do ajuste.

### CLÁUSULA OITAVA

#### Do Valor

O valor total estimado para execução do presente **CONVÊNIO** é 2.927.844 UFESP (dois milhões, novecentos e vinte e sete mil e oitocentos e quarenta e quatro), o que representa R\$ 103.528.563,84 (cento e três milhões, quinhentos e vinte e oito mil, quinhentos e sessenta e três reais e oitenta e quatro centavos), considerando a data-base de 2024 e o período de vigência de 5 (cinco) anos, sendo 701.280 (setecentos e um mil e duzentos e oitenta) UFESP, R\$ 24.797.260,80 (vinte e quatro milhões, setecentos e noventa e sete mil, duzentos e sessenta reais e oitenta centavos) custeadas pela **CPTM** e 2.226.564 (dois milhões, duzentos e vinte e seis mil e quinhentos e sessenta e quatro)

UFESP, R\$ 78.731.303,04 (setenta e oito milhões, setecentos e trinta e um mil, trezentos e três reais e quatro centavos) custeadas pelo **METRÔ**, correndo as despesas às contas das disponibilidades orçamentárias de cada conveniente.

#### **CLÁUSULA NONA** **Dos Recursos Financeiros**

O presente **CONVÊNIO** não implicará repasse de recursos financeiros por parte do Estado, sendo que os pagamentos da DEJEM onerarão a dotação orçamentária da CPTM consignada à UO 37092, UGE 373201, através do elemento econômico 33.91.93.26, na atividade 26.783.3707.4627.0000 podendo haver suplementação de recursos, se necessário e do METRÔ onerarão recursos próprios disponíveis da companhia.

I – Os valores correspondentes ao custo necessário para a remuneração dos policiais militares empregados no reforço da segurança das estações, em jornada extraordinária de trabalho policial-militar, serão mensalmente transferidos pela **CPTM** e pelo **METRÔ** à **PMESP**, nos termos definidos no Plano de Trabalho;

II – O custo mensal estimado para o pagamento da DEJEM será de 48.797,40 (quarenta e oito mil, setecentos e noventa e sete e quarenta) UFESP, o que representa R\$ 1.725.476,06 (um milhão, setecentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta e seis reais e seis centavos), considerando a data-base 2024, despendido conforme o número de policiais militares empregados no mês, de acordo com o definido em Planos de Ação específicos.

III – As despesas futuras correrão à conta da dotação a ser consignada à **CPTM** e ao **METRÔ** no orçamento dos exercícios vindouros, na conformidade da legislação que estabelece o sistema financeiro e orçamentário do Estado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA** **Do Foro**

É competente o Chefe do Poder Executivo do Estado de São Paulo para solução de divergências na execução do objeto do presente **CONVÊNIO**, que não puderem ser resolvidas pelos signatários.

E, por estarem certos e ajustados, foi lavrado e assinado este instrumento pelos partícipes e pelas duas testemunhas abaixo identificadas.

**GUILHERME MURARO DERRITE**  
Secretário da Segurança Pública

**CÁSSIO ARAÚJO DE FREITAS**  
Comandante-Geral da Polícia Militar

**MICHAEL SOTELO CERQUEIRA**  
Diretor-Presidente da CPTM

**ANTONIO JULIO CASTIGLIONI NETO**  
Diretor-Presidente do METRÔ

#### **TESTEMUNHAS:**

1. JOÃO CARLOS DE SOUZA MACHADO JÚNIOR  
RG: 26.721.188-0  
CPF: 291.934.648-27

2. JULIANA BASILIO RODRIGUES  
RG: 46.959.703-3  
CPF: 374.528.618-92



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Julio Castiglioni Neto, Diretor-Presidente**, em 09/12/2024, às 17:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Michael Sotelo Cerqueira, Diretor Presidente**, em 09/12/2024, às 18:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cassio Araujo De Freitas, CORONEL PM**, em 09/12/2024, às 20:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joao Carlos De Souza Machado Junior, Major PM**, em 09/12/2024, às 21:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Basilio Rodrigues, Assessor Militar**, em 09/12/2024, às 22:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Muraro Derrite, Secretário de Estado**, em 09/12/2024, às 23:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0049082119** e o código CRC **456B5173**.



Governo do Estado de São Paulo  
Secretaria da Segurança Pública  
Assessoria Técnico - Policial - Colegiado Policial-Militar

PLANO DE TRABALHO

PROCESSO SEI 057.00372927/2024-51

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO - CONVÊNIO GSSP/ATP- 410/2024 - CPTM CO00824-01

1. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente Plano de Trabalho, parte integrante e indissociável do respectivo **CONVÊNIO**, tem por objeto a conjugação de esforços e a cooperação mútua entre os signatários, com a finalidade de empregar policiais militares no reforço da segurança das estações da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (**CPTM**) e na Companhia do Metropolitano de São Paulo (**METRÔ**), mediante jornada extraordinária de trabalho policial-militar, nos termos da Lei Complementar nº 1.227, de 19 de dezembro de 2013, e suas alterações.

1.2. A jornada extraordinária de trabalho policial-militar caracteriza-se pelo emprego facultativo dos integrantes da **PMESP**, independentemente da área de atuação, fardados e munidos do equipamento de proteção individual (EPI), em escala especial de serviço, tudo de acordo com as normas editadas pela própria Instituição;

1.3. o policial militar que de forma voluntária aderir às atividades operacionais desenvolvidas para garantir a segurança das estações da **CPTM** e do **METRÔ** durante seus períodos regulares de folga, nas condições estabelecidas no presente instrumento, fará jus ao recebimento da Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Policial-Militar (DEJEM).

2. METAS

Garantir um ambiente livre de ameaças nas estações da **CPTM** e **METRÔ** e aumentar a percepção de segurança dos usuários dos serviços prestados, com vistas à construção da paz e da ordem social, por meio da presença ostensiva dos integrantes da **PMESP**, no interior e nas imediações das localidades reservados ao transporte público ferroviário.

3. EXECUÇÃO

3.1 Premissas:

3.1.1 execução de atividades de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública no interior e nas imediações das estações da **CPTM** e do **METRÔ**, por meio de reforço da segurança, com emprego de policiais militares, em horário de folga, mediante o pagamento de DEJEM;

3.1.2 considerar o planejamento operacional a ser efetuado pela Coordenadoria Operacional da Polícia Militar (Coord Op PM);

3.1.3 identificar a quantidade de policiais militares necessários à execução do objeto;

3.1.4 estabelecimento de cronograma físico-administrativo e financeiro para as atividades a serem executadas, dentro das condições estabelecidas no **CONVÊNIO**;

3.1.5 previsão de início das atividades de implantação e operacionalização será exequível a partir da assinatura do presente ajuste.

3.2 Detalhamento:

3.2.1 O planejamento de emprego dos policiais militares será realizado pela Coord Op PM, ouvindo-se a **CPTM** e o **METRÔ**, nos termos de norma específica da **PMESP** e em consonância com Plano de Ação específico, sendo que as vagas disponibilizadas deverão obedecer a limitação diária de 48 (quarenta e oito) Praças PM para emprego nas estações da **CPTM** e de até 12 (doze) Oficiais PM e 138 (cento e trinta e oito) Praças PM para emprego nas estações do **METRÔ**, sendo distribuídas conforme detalhamento abaixo:

JORNADA DE TRABALHO: DOMINGO A DOMINGO	
TURNO	HORÁRIO
Matutino	07:00 às 15:00
Vespertino	15:00 às 23:00
COBERTURA EM DIAS	
30 DIAS Fev/ Abr/ Jun/ Set/ Nov	31 DIAS Jan/ Mar/ Mai/ Jul/ Ago/ Out/ Dez

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS (CPTM)

LOCAL DA ESCALA	NÚMERO DE ESTAÇÕES	QUANTIDADE PRAÇAS	
		DIÁRIO	MENSAL
Linha 10 - Turquesa	4	16	487
Linha 11 - Coral	2	8	244
Linha 12 - Safira	6	24	731
TOTAL	12	48	1461

LINHA 10 - TURQUESA	QUANTIDADE PRAÇA		EFETIVO	QUANTIDADE PRAÇA	
	Manhã	Tarde		Manhã	Tarde
SANTO ANDRÉ	2	2	4	61	61
UTINGA	2	2	4	61	61
PREFEITO SALADINO	2	2	4	61	61
CAPUAVA	2	2	4	61	61
Subtotal	8	8	16	244	244

LINHA 11 - CORAL	QUANTIDADE PRAÇA		EFETIVO	QUANTIDADE PRAÇA	
	Manhã	Tarde		Manhã	Tarde
CORINTHIANS-ITAQUERA	2	2	4	61	61
GUAIANASES	2	2	4	61	61
<b>Subtotal</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>122</b>	<b>122</b>

LINHA 12 - SAFIRA	QUANTIDADE PRAÇA		EFETIVO	QUANTIDADE PRAÇA	
	Manhã	Tarde		Manhã	Tarde
ITAIM PAULISTA	2	2	4	61	61
ENGENHEIRO MANOEL FEIO	2	2	4	61	61
SÃO MIGUEL PAULISTA	2	2	4	61	61
JARDIM HELENA	2	2	4	61	61
JARDIM ROMANO	2	2	4	61	61
ARACARÉ	2	2	4	61	61
<b>Subtotal</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>24</b>	<b>365</b>	<b>365</b>

EFETIVO TOTAL	24	24	48	731	731
				1461	

**COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO (METRÔ)**

LOCAL DA ESCALA	NÚMERO DE ESTAÇÕES	QUANTIDADE		QUANTIDADE	
		OFICIAIS	PRAÇAS	OFICIAIS	PRAÇAS
Linha 1 Azul	12	3	48	90	1.440
Linha 2 verde	4	3	16	90	480
Linha 3 vermelha	16	3	64	90	1.920
linha 15 prata	2	3	10	90	300
<b>TOTAL</b>	<b>34</b>	<b>12</b>	<b>138</b>	<b>360</b>	<b>4.140</b>

CPA	LINHA 1 AZUL	EFETIVO	
		OFICIAIS	PRAÇAS
CPAM2	JABAQUARA	3	4
CPAM2	CONCEIÇÃO		4
CPAM2	SANTA CRUZ		4
CPAM2	ANA ROSA		4
CPAM1	LIBERDADE		4
CPAM1	SÃO BENTO		4
CPAM1	LUZ		4
CPAM1	ARMÊNIA		4
CPAM3	TIETÊ		4
CPAM3	CARANDIRU		4
CPAM3	SANTANA		4
CPAM3	TUCURUVI		4
<b>Subtotal</b>		<b>3</b>	<b>48</b>

CPA	LINHA 2 VERDE	EFETIVO	
		OFICIAIS	PRAÇAS
CPAM11	VILA PRUDENTE	3	4
CPAM2	SACOMÃ		4
CPAM1	PARAISO		4
CPAM1	TRIANON		4
<b>Subtotal</b>		<b>3</b>	<b>16</b>

CPA	LINHA 3 VERMELHA	EFETIVO	
		OFICIAIS	PRAÇAS
CPAM4	CORINTHIANS - ITAQUERA	3	4
CPAM4	ARTUR ALVIM		4
CPAM4	PATRIARCA - VILA RÉ		4
CPAM11	GUILHERMINA ESPERANÇA		4
CPAM11	PENHA		4
CPAM11	CARRÃO ASSAI ATACADISTA		4
CPAM11	TATUAPÉ		4
CPAM1	BELÉM		4
CPAM1	BRÁS		4
CPAM1	PEDRO II		4
CPAM1	SÉ		4
CPAM1	ANHAGABEU		4
CPAM1	REPÚBLICA		4
CPAM1	SANTA CECÍLIA		4
CPAM1	MARECHAL DEODORO		4
CPAM5	PALMEIRAS-BARRAFUNDA		4
<b>Subtotal</b>		<b>3</b>	<b>64</b>

CPA	LINHA 15 PRATA	EFETIVO	
		OFICIAIS	PRAÇAS
CPAM9	SAPOPEMBA	3	4
CPAM9	SÃO MATEUS		6
Subtotal		3	10
	EFETIVO	Oficiais	Praças
	TOTAL	12	138

3.2.2 o planejamento operacional deverá considerar a indicação do rol prioritário das estações da **CPTM** e **METRÔ**, contemplando, preferencialmente, aquelas que se enquadrarem nos critérios de definição de emprego operacional baseado em ferramentas inteligentes, amparadas em ranqueamento por indicadores criminais;

3.2.3 o planejamento operacional de que trata o subitem anterior será formalizado por meio de Plano de Ação específico a ser elaborado em conjunto pelos partícipes, podendo ser alterado a cada reunião efetivada pela Comissão de que trata a Cláusula Terceira, inciso III, alínea "e", do Convênio, desde que não contrarie o disposto no Termo de Convênio e seu Plano de Trabalho;

3.2.4 o rol prioritário de estações e trechos indicados pela **CPTM** e **METRÔ** sempre que necessário, poderá sofrer alteração conforme a demanda identificada pela própria entidade, sendo tais atividades devidamente detalhadas no Plano de Ação específico;

3.2.5 o emprego operacional do efetivo policial-militar será em caráter excepcional, extraordinário e complementar ao empenho ordinário das atividades de polícia ostensiva e preservação da ordem pública, de modo a complementá-lo sem sobreposição de esforço;

3.2.6 são atribuições básicas dos Policiais Militares que atuarão na DEJEM:

3.2.6.1 identificação dos possíveis locais vulneráveis, os quais poderão ensejar risco à sua integridade física, dos funcionários e dos usuários das estações da **CPTM** e do **METRÔ**;

3.2.6.2 estar em condições de prestar apoio aos usuários e funcionários das estações da **CPTM** e do **METRÔ** quando solicitados;

3.2.6.3 ter conhecimento da localização e dos contatos da OPM territorial responsável pelo policiamento na área, para os casos de acionamento de apoio em ocorrências que demandem condução de partes ao Distrito Policial, prestação de socorro, males súbitos, desinteligências (desentendimentos) e flagrantes delitos;

3.2.6.4 prevenção e repressão imediata às infrações penais, bem como na proibição da prática de jogos de azar ou de atividades que venham a perturbar os usuários, nos termos do Decreto Federal nº 1.832, de 4 de março de 1996;

3.2.6.5 prevenção de atos de vandalismo e invasões das estações;

3.2.6.6 o policial militar não deverá realizar a repressão na ocorrência de infrações administrativas, principalmente nas ações relacionadas a vedações quanto à negociação ou comercialização de produtos e serviços no interior dos vagões, nas estações e instalações, restando apenas apoiar o corpo de segurança operacional da **CPTM** e do **METRÔ**, mediante solicitação.

3.2.6.7 fica vedado o exercício de funções estranhas à atividade policial-militar, tais como: controle de acesso/portaria/ estacionamento, entre outras;

3.2.6.8 a função precípua do policial militar é a execução das diversas missões de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, devendo agir estritamente dentro dos parâmetros ditados pela lei, consciente de que é um profissional a serviço da sociedade, atentando principalmente para a ação de presença, onde reside o fundamento mais visível do efeito preventivo do sistema de policiamento da **PMESP**.

3.2.7 em situações de grave perturbação da ordem pública local ou geral, o emprego do policial militar poderá ser suspenso até o retorno da normalidade;

3.2.8 elaborada e publicada a escala de serviço, esta passará a ser obrigatória ao policial militar sujeitando-o às sanções administrativas, disciplinares, penais ou penal-militares que sua escusa implicar;

3.2.9 o policial militar no serviço ativo fará jus ao recebimento da DEJEM ao exercer atividade prevista no objeto do presente **CONVÊNIO**, segundo os critérios definidos pela Lei Complementar nº 1.227, de 19 de dezembro de 2013, com suas alterações;

3.2.10 a atuação do policial militar é extensiva a todos do serviço ativo, inclusive aos que desempenham serviços administrativos;

3.2.11 a jornada de cada policial militar, para efeitos de pagamento da DEJEM, corresponde a 8 (oito) horas contínuas de atividade operacional de polícia ostensiva, fora da jornada normal de trabalho policial, limitada à execução de, no máximo, 10 (dez) diárias mensais;

3.2.12 a DEJEM não será incorporada aos vencimentos para nenhum efeito, bem como não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária e sobre ela não incidirão os descontos previdenciários e de assistência médica;

3.2.13 no período em que o policial militar estiver exercendo a atividade operacional de polícia ostensiva, fora da jornada normal de trabalho, de que trata a Lei Complementar nº 1.227, de 19 de dezembro de 2013, não fará jus à percepção da Diária de Alimentação, prevista na alínea "h" do artigo 91 do Decreto-lei nº 15.620, de 29 de janeiro de 1946, e do auxílio alimentação, previsto na Lei nº 7.524, de 28 de outubro de 1991;

3.2.14 a continuidade do turno de serviço a que está sujeito o policial militar, em decorrência da rotina operacional, não ensejará o pagamento da DEJEM, a que se refere esta lei complementar;

3.2.15 o policial militar não poderá ser convocado para desenvolver as atividades operacionais a que se refere à Lei Complementar nº 1.227, de 19 de dezembro de 2013, nas hipóteses de afastamentos, exceto quando em gozo de licença-prêmio;

3.2.16 as escalas de serviço e relatórios deverão ser elaboradas nos termos da Diretriz que regula a sistemática referente ao emprego de policial militar em atividade de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, passíveis de remuneração pela DEJEM, respeitando os turnos de trabalho listados no quadro demonstrativos apresentados na sequência:

JORNADA DE TRABALHO: DOMINGO A DOMINGO	
TURNO	HORÁRIO
Matutino	07:00 às 15:00
Vespertino	15:00 às 23:00
COBERTURA EM DIAS	
30 DIAS Fev/ Abr/ Jun/ Set/ Nov	31 DIAS Jan/ Mar/ Mai/ Jul/ Ago/ Out/ Dez

3.2.17 a Coord Op PM registrará no Sistema On-line a quantidade de vagas que serão destinadas a cada Coordenador da Atividade DEJEM, o qual redistribuirá aos escalões subordinados, conforme as demandas existentes em sua região;

3.2.18 o Comandante da OPM responsável pela DEJEM estruturará e disponibilizará na Intranet PM (sistema on-line - aba "procedimentos") os dados gerais relativos às escalas de serviço (dias, locais, horários, fardamento, equipamentos etc.);

3.2.19 o policial militar voluntário para participar da atividade acessará a Intranet PM e fará sua inscrição, preenchendo todos os dados contidos na respectiva planilha disponibilizada pelo sistema on-line;

3.2.20 realizada a inscrição, o sistema on-line a processará de forma a possibilitar a montagem automática da escala em cuja localidade será desenvolvida a atividade, com base no número de inscritos e vagas disponíveis;

3.2.21 escala informatizada será então estruturada no formato de "Relatório de Presença de Escala (RPE)", contendo os dados relativos à atividade: local, dia e horários de início e de término do serviço, posto ou graduação, RE, nome completo e OPM do policial militar voluntário, além de outros campos julgados necessários;

3.2.22 inseridos os dados do RPE no sistema on-line, eles ficarão disponíveis aos interessados para consulta e viabilização dos pagamentos das diárias;

3.2.23 o CIAF realizará os ajustes necessários para processar o pagamento da DEJEM, bem como adotará medidas de auditoria e controle financeiro, cabendo a Coord Op PM a auditoria de eventuais escalas com recusa de pagamento, zelando pela resolução das divergências, com apoio dos membros da Comissão Paritária de Administração, Controle e Fiscalização;

3.2.24 o pagamento da DEJEM será efetivado até o segundo mês subsequente ao da atividade operacional de polícia ostensiva realizada, observado o limite trabalhado no mês, conforme o exemplo demonstrado na tabela abaixo:

MÊS TRABALHADO	MÊS DE PROCESSAMENTO	MÊS DE PAGAMENTO (até o 7º dia útil)
(X)	(Y)	(Z)

3.3 caberá à **CPTM** e ao **METRÔ**:

3.3.1 orientar as Direções das Estações de Trens e Supervisões da **CPTM** e do **METRÔ** quanto aos procedimentos necessários para atendimento dos policiais militares

empenhados na execução do objeto;  
3.3.2 encaminhar à Coord Op PM, semestralmente, rol prioritário de Estações de Trens e trechos da **CPTM** e do **METRÔ** a serem consideradas no planejamento das atividades operacionais, ou quando identificar modificação substancial nas prioridades assim entendidas.

4. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

- 4.1 o **CONVÊNIO** não prevê o repasse de recursos financeiros da **CPTM** e do **METRÔ** à **SSP/ PMESP**, salvo para o pagamento da **DEJEM**, nos termos definidos entre os signatários neste Plano de Trabalho;  
4.2 o cálculo do custo diário e mensal estimado do efetivo emprego na atividade prevista no presente **CONVÊNIO** será com base nas variáveis abaixo discriminadas:  
4.2.1 o valor unitário da **DEJEM** será calculado mediante aplicação de coeficientes sobre a **UFESP** (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), instituída pelo artigo 113 da Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989, na seguinte conformidade:  
4.2.1.1 para Oficiais: 9,6 **UFESP** (nove inteiros e seis décimos de **UFESP**);  
4.2.1.2 para Praças: 8,0 **UFESP** (oito **UFESP**).  
4.2.2 30 (trinta) dias por mês;  
4.2.3 o emprego dos policiais militares em proporção adequada e compatível com o estabelecido para o nível gerencial exercido por Oficial da PM, conforme distribuição estabelecida no item 3.2.1;  
4.2.4 a **DEJEM** corresponde a 8 (oito) horas contínuas de atividade operacional de polícia ostensiva, fora da jornada normal de trabalho policial, limitada à execução de no máximo, 10 (dez) diárias mensais.

5. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

- 5.1 por intermédio de dotação orçamentária própria, a **CPTM** e o **METRÔ** efetuarão o desembolso mensal dos recursos à **PMESP**, em favor do Fundo Especial de Despesa da Polícia Militar (**FEPOM**), CNPJ/MF nº 13.873.675/0001-97, por meio do Banco do Brasil S/A, Agência 1897-X, conta tipo "C" nº 8822-6 ou outra que vier a substituí-la, para cobertura das despesas da **DEJEM** observando as etapas a seguir:  
5.1.1 a **SSP**, por meio da **PMESP**, e esta por meio de sua Diretoria de Finanças (DF), encaminhará à **CPTM** e a o **METRÔ**, via representantes na Comissão Paritária de Administração Controle e Fiscalização, o relatório prévio de cumprimento da escala especial de serviço dos policiais militares empregados na execução do objeto do ajuste (mês trabalhado), até o dia 10 do mês subsequente ao cumprimento da escala de serviço, ou seja, no mês de processamento;  
5.1.2 a **CPTM** e o **METRÔ** terão 6 (seis) dias corridos, a contar da data de entrega do relatório do subitem anterior (mês de processamento), para conferência e validação das informações do sistema **DEJEM**, para retorno à **PMESP**, por intermédio do Centro Integrado de Apoio Financeiro (CIAF), que fará inclusão em folha de pagamento;  
5.1.3 a **SSP**, por meio da **PMESP**, até o 20º (vigésimo) dia do mês de processamento encaminhará à **CPTM** e ao **METRÔ** o valor total apurado para pagamento;  
5.1.4 também servirá como instrumento de prestação de contas dos recursos recebidos pela **PMESP**, o relatório mencionado anteriormente no subitem "5.1.2" deste Plano de Trabalho;  
5.1.5 a **SSP**, por meio da **PMESP**, efetuará o pagamento dos policiais militares no 5º dia útil o mês subsequente ao da validação do relatório citado no subitem anterior;  
5.1.6 as escalas confirmadas pela **SSP**, por meio da **PMESP**, em atraso serão encaminhadas nos meses subsequentes ao mês de processamento, juntamente com o relatório das escalas normais, aplicando-se a essas os prazos pré-definidos nos subitens anteriores;  
5.2 a **CPTM** e o **METRÔ** efetuarão o repasse do valor apurado à **PMESP**, por meio do **FEPOM**, referente aos policiais militares empregados na jornada extraordinária de trabalho policial-militar, até o último dia útil do mês anterior ao empenhamento da despesa, na conta indicada no subitem "5.1" deste Plano de Trabalho ou outra que vier a substituí-la, conforme valor estimado apresentado na próxima tabela:

DEJEM CPTM					
PPMM	UFESP/ Dia	PPMM/ Dia	Subtotal/ Diário (UFESP)	Dias/ Mês	Valor/ Mensal (UFESP)
Praças	8,00	48	384,00	30,4375	11.688,00
SUBTOTAL CPTM MENSAL					11.688,00
DEJEM METRÔ					
PPMM	UFESP/ Dia	PPMM/ Dia	Subtotal/ Diário (UFESP)	Dias/ Mês	Valor/ Mensal (UFESP)
Oficial	9,60	12	115,20	30,4375	3.506,40
Praças	8,00	138	1104,00		33.603,00
SUBTOTAL METRÔ MENSAL					37.109,40
VALOR TOTAL				UFESP	
CPTM + METRÔ				1 mês	48.797,40
VALOR TOTAL DO CONVÊNIO (DEZEMBRO/ 2024 A DEZEMBRO/ 2029)				60 Meses	2.927.844,00

\* A quantidade de policiais militares empregados e o valor a ser depositado deverão ser compatíveis com o Plano de Ação específico, sendo que as quantificações demonstradas nesta tabela são limítrofes para o empenho da despesa.

- 5.3 a **CPTM**, por meio do Banco do Brasil S/A, agência 1897-X, conta tipo "C" nº 139.578-5 e o **METRÔ**, por meio do Banco do Brasil, agência 1897-X, conta" nº 139.565-3, receberão da **PMESP**, por meio do **FEPOM**, o saldo não utilizado para pagamento da **DEJEM**, tendo como origem a conta indicada no subitem "5.1" deste Plano de Trabalho;  
5.4 havendo atraso no repasse do recurso à **PMESP**, o pagamento aos policiais militares ficará condicionado à disponibilidade do sistema da folha de pagamento, devendo ocorrer até o último dia útil do mês;  
5.5 Quadro resumo do Cronograma de Desembolso:

PERÍODO	RESPONSÁVEL	AÇÃO
1º ao último dia do mês (Referência)	Policial Militar	Cumpr escala
5º dia útil do mês subsequente	PMESP	Fecha as escalas do mês de referência no sistema
Até o dia 10 do mês subsequente	PMESP	Envia o relatório das escalas a CPTM e ao Metrô
Em até 6 dias corrido do recebimento do Relatório de escalas	CPTM e METRÔ	Conferem o relatório e informam a PMESP sobre o resultado da conferência / validação
Até o 20º dia do mês subsequente	PMESP	Informa a CPTM e ao METRÔ o valor total apurado para pagamento
Até o último dia útil do mês subsequente	CPTM e METRÔ	Repassam os recursos à PMESP
5º dia útil do 2º mês subsequente	PMESP	Realiza o pagamento aos policiais militares

6. PREVISÃO DE INÍCIO E FIM DA EXECUÇÃO DO OBJETO

- 6.1 A adoção das providências de implantação e operacionalização será exequível a partir da assinatura do presente Convênio, vigorando pelo prazo nele estipulado.

**GUILHERME MURARO DERRITE**  
Secretário da Segurança Pública

**CÁSSIO ARAÚJO DE FREITAS**  
Comandante-Geral da Polícia Militar

**MICHAEL SOTELO CERQUEIRA**  
Diretor-Presidente da CPTM

**ANTONIO JULIO CASTIGLIONI NETO**  
Diretor-Presidente do METRÔ

## **ANEXO 2 AO CONVÊNIO**

**GSSP/ATP-410/2024**  
**CPTM CO00824-01**

**CONVÊNIO OBJETIVANDO A CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS E A COOPERAÇÃO MÚTUA, COM A FINALIDADE DE EMPREGAR POLICIAIS MILITARES, NA SEGURANÇA DAS ESTAÇÕES DA CPTM E DO METRÔ, MEDIANTE O PAGAMENTO DE DIÁRIA ESPECIAL POR JORNADA EXTRAORDINÁRIA DE TRABALHO POLICIAL MILITAR (DEJEM).**

### **DECLARAÇÃO**

#### **1. Em atendimento ao artigo 11 do Decreto nº 67.683, de 03 de maio de 2023**

- 1.1. As Partícipes declaram neste ato que estão cientes, conhecem e entendem os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto deste termo, em especial a Lei 12.846/13, o Decreto 8.420/15 ("Regras Anticorrupção") e das diretrizes do Plano Estadual de Promoção de Integridade, conforme disposto no Decreto Estadual nº 67.683, de 3 de maio de 2023, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção.
- 1.2. As Partícipes, por si e por seus administradores, diretores, funcionários, subcontratados e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome, se obrigam a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente Convênio, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis. Na execução deste termo, nenhuma das Partícipes e/ou qualquer de seus diretores, empregados, subcontratados, agentes ou sócios agindo em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem as Regras Anticorrupção ("Pagamento Proibido"). Um Pagamento Proibido não abrange pagamento de despesas razoáveis e de boa-fé, tais como, exemplificativamente, despesas de viagem e hospedagem, que estão diretamente relacionados com a promoção, a explicação, demonstração ou de produtos ou serviços, ou de execução de um termo com um governo ou suas agências, desde que o pagamento seja permitido pela legislação aplicável.
- 1.3. Cada uma das Partes declara neste ato que:
- 1.3.1. Não violou, viola ou violará as Regras Anticorrupção;
- 1.3.2. Já tem implementado ou se obriga a implementar durante a vigência deste Convênio um programa de conformidade e treinamento razoavelmente eficaz na prevenção e detecção de violações das Regras Anticorrupção e dos requisitos estabelecidos nesta Cláusula, e
- 1.3.3. Tem ciência que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida e que conhece as consequências possíveis de tal violação.
- 1.3.4. Qualquer descumprimento das Regras Anticorrupção, em qualquer um dos seus aspectos, ensejará a rescisão motivada imediata do presente Convênio, independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades previstas neste termo.
- 1.3.5. As partícipes declaram ter ciência do Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da CPTM, inclusive no que se refere às penalidades previstas, disponível no site da Companhia no endereço eletrônico <http://cptm.sp.gov.br/licitacoes/Pages/Codigo-de-Conduta-e-Integridade-de-Fornecedores-e-Parceiros-Comerciais.aspx> e do METRÔ, comprometendo-se a respeitá-lo, cumpri-lo e fazê-lo cumprir, no que couber.

#### **2. Em atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados**

- 2.1. As PARTÍCIPES deverão observar no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios, a que tenha acesso durante a execução do objeto deste convênio, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial e no que couber, a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes, e respectivas políticas e normas, inclusive quanto à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas, eliminadas ou avaliadas durante a execução do objeto.

**ANEXO 3 AO CONVÊNIO**  
**GSSP/ATP-410/2024**  
**CPTM CO00824-01**

### **DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE**

Pelo presente, nós, GUILHERME MURARO DERRITE, representante da **SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**, inscrita sob nº 46.377.800/0001-27; Comandante-Geral, Coronel PM CÁSSIO ARAÚJO DE FREITAS, representante da **POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO**, inscrita sob nº 04.198.514/0001-54; e ANTONIO JULIO CASTIGLIONI NETO, representante da **COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO**, inscrita sob nº 62.070.362/0001-06, na qualidade de Fornecedor, ou Prestador de Serviço, ou Parceiro da CPTM, neste ato declaramos estar cientes dos termos do Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da CPTM, comprometendo-nos a adotar as práticas indicadas nele para a realização das atividades nossas e das empresas, bem como manter a confidencialidade de todas e quaisquer informações recebidas para o desenvolvimento das atividades relativas à CPTM, mesmo depois do término da relação contratual entre a CPTM e as empresas. Além disso, com relação às questões de corrupção, declaramos que nós e as empresas estamos de acordo com as diretrizes apresentadas neste Código, acessado através do endereço eletrônico <https://www.cptm.sp.gov.br/Licitacoes/Pages/Normas.aspx>, e entendemos que estamos proibidos de oferecer, prometer, pagar, autorizar ou receber quaisquer pagamentos indevidos, bem como realizar fraudes de qualquer natureza. Declaramos ainda que as empresas cumprem as Leis Aplicáveis de combate à Corrupção e que disseminamos e esperamos a mesma conduta de nossos funcionários, fornecedores, parceiros comerciais, funcionários terceirizados e representantes.

**Pela SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA:**

**GUILHERME MURARO DERRITE**  
Secretário da Segurança Pública  
e-mail: guilhermederrite@sp.gov.br  
CPF nº 312.006.068-25  
RG nº 26.508.136 -1

**Pela POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO:**

CÁSSIO ARAÚJO DE FREITAS  
Comandante-Geral da Polícia Militar  
e-mail: cassioafreitas@policiamilitar.sp.gov.br  
CPF nº 124.560.608-57  
RG nº 18.391.171-4

**Pela COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO:**

ANTONIO JULIO CASTIGLIONI NETO  
Diretor-Presidente do METRÔ  
e-mail julio.castiglioni@metrosp.com.br  
CPF nº 054.462.337-19  
RG nº 1.336.869-SSP/ES

**ANEXO 4 AO CONVÊNIO  
GSSP/ATP-410/2024  
CPTM CO00824-01**

**ANEXO RP-03 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (REPASSES A ÓRGÃOS PÚBLICOS)**  
*(redação dada pela Resolução nº 11/2021, do Tribunal de Contas do Estado do Estado de São Paulo)*

ÓRGÃO CONCESSOR / BENEFICIÁRIO: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA - SSP  
ÓRGÃO CONCESSOR / BENEFICIÁRIO: POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - PMESP  
ÓRGÃO CONCESSOR / BENEFICIÁRIO: COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM  
ÓRGÃO CONCESSOR / BENEFICIÁRIO: COMPANHIA DO METROPOLITANO - METRÔ  
INTERVENIENTE (se houver): NÃO SE APLICA  
Nº DO CONVÊNIO: (1) CPTM CO00824-01  
TIPO DE CONCESSÃO: (2) CONVÊNIO GSSP/ATP nº 410/2024  
VALOR DO AJUSTE/VALOR REPASSADO (3): R\$ 103.528.563,84 – data-base ufesp vigente em 2024  
EXERCÍCIO (3): 2024

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- o ajuste acima referido e seus aditamentos, bem como o processo das respectivas prestações de contas, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- as informações pessoais dos responsáveis pelos órgãos conessor e beneficiário, bem como do interveniente e interessados, estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE CONCESSOR / BENEFICIÁRIO (SSP):**

Nome: GUILHERME MURARO DERRITE  
Cargo: Secretário da Segurança Pública  
CPF: 312.006.068-25

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE CONCESSOR / BENEFICIÁRIO (PMESP):**

Nome: CÁSSIO ARAÚJO DE FREITAS  
Cargo: Comandante-Geral da Polícia Militar  
CPF: 124.560.608-57

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE CONCESSOR / BENEFICIÁRIO (CPTM):**

Nome: MICHAEL SOTELO CERQUEIRA  
Cargo: Diretor Presidente  
CPF: 284.295.458-08

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE CONCESSOR / BENEFICIÁRIO (METRÔ):**

Nome: ANTONIO JULIO CASTIGLIONI NETO  
Cargo: Diretor Presidente  
CPF: 054.462.337-19

**ORDENADOR DE DESPESAS DO ÓRGÃO/ENTIDADE CONCESSOR / BENEFICIÁRIO (SSP):**

Nome: GUILHERME MURARO DERRITE  
Cargo: Secretário da Segurança Pública  
CPF: 312.006.068-25

**ORDENADOR DE DESPESAS DO ÓRGÃO/ENTIDADE CONCESSOR / BENEFICIÁRIO (PMESP):**

Nome: CÁSSIO ARAÚJO DE FREITAS  
Cargo: Comandante-Geral da Polícia Militar  
CPF: 124.560.608-57

**ORDENADOR DE DESPESAS DO ÓRGÃO/ENTIDADE CONCESSOR / BENEFICIÁRIO (CPTM):**

Nome: MICHAEL SOTELO CERQUEIRA  
Cargo: Diretor Presidente  
CPF: 284.295.458-08

**ORDENADOR DE DESPESAS DO ÓRGÃO/ENTIDADE CONCESSOR / BENEFICIÁRIO (METRÔ):**

Nome: ANTONIO JULIO CASTIGLIONI NETO  
Cargo: Diretor Presidente  
CPF: 054.462.337-19

**Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou Parecer Conclusivo PELO ÓRGÃO/ENTIDADE CONCESSOR (SSP):**

Nome: GUILHERME MURARO DERRITE  
Cargo: Secretário da Segurança Pública  
CPF: 312.006.068-25

**Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou Parecer Conclusivo PELO ÓRGÃO/ENTIDADE CONCESSOR (PMESP):**

Nome: CÁSSIO ARAÚJO DE FREITAS  
Cargo: Comandante-Geral da Polícia Militar  
CPF: 124.560.608-57

**Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou Parecer Conclusivo PELO ÓRGÃO/ENTIDADE CONCESSOR (CPTM):**

Nome: MICHAEL SOTELO CERQUEIRA  
Cargo: Diretor Presidente  
CPF: 284.295.458-08

**Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou Parecer Conclusivo PELO ÓRGÃO/ENTIDADE CONCESSOR (METRÔ):**

Nome: ANTONIO JULIO CASTIGLIONI NETO  
Cargo: Diretor Presidente  
CPF: 054.462.337-19

**Responsáveis que assinaram o ajuste e respectiva prestação de contas: PELO ÓRGÃO/ENTIDADE BENEFICIÁRIO (SSP):**

Nome: GUILHERME MURARO DERRITE  
Cargo: Secretário da Segurança Pública  
CPF: 312.006.068-25

**Responsáveis que assinaram o ajuste e respectiva prestação de contas: PELO ÓRGÃO/ENTIDADE BENEFICIÁRIO (PMESP):**

Nome: CÁSSIO ARAÚJO DE FREITAS  
Cargo: Comandante-Geral da Polícia Militar  
CPF: 124.560.608-57

**Responsáveis que assinaram o ajuste e respectiva prestação de contas: PELO ÓRGÃO/ENTIDADE BENEFICIÁRIO (CPTM):**

Nome: MICHAEL SOTELO CERQUEIRA  
Cargo: Diretor Presidente  
CPF: 284.295.458-08

**Responsáveis que assinaram o ajuste e respectiva prestação de contas: PELO ÓRGÃO/ENTIDADE BENEFICIÁRIO (METRÔ):**

Nome: ANTONIO JULIO CASTIGLIONI NETO  
Cargo: Diretor Presidente  
CPF: 054.462.337-19

**PELO INTERVENIENTE** (devidamente cadastrado no sistema): NÃO SE APLICA

**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):** NÃO SE APLICA

(1) Quando for o caso.

(2) Convênio, Auxílio, Subvenção ou Contribuição.

(3) Valor repassado e exercício, quando se tratar de processo de prestação de contas

(\*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Julio Castiglioni Neto, Diretor-Presidente**, em 09/12/2024, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Michael Sotelo Cerqueira, Diretor Presidente**, em 09/12/2024, às 18:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cassio Araujo De Freitas, CORONEL PM**, em 09/12/2024, às 20:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Muraro Derrite, Secretário de Estado**, em 09/12/2024, às 23:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0049084744** e o código CRC **E6681304**.